

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

2 mar 2017 | O Globo | HERMAN BENJAMIN

O relator discreto do maior processo do TSE

Ministro do caso Dilma-Temer tem larga trajetória e é conhecido por atuação firme

-BRASÍLIA- Discreto e pouco conhecido do público leigo, o ministro Herman Benjamin saiu do anonimato para os holofotes no último ano. No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), tornou-se relator do processo que pede a cassação da chapa de Dilma Rousseff e Michel Temer. No Superior Tribunal de Justiça (STJ), é o relator da Operação Acrônimo, que investiga suposto esquema de desvios de dinheiro do BNDES na época em que o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, comandava o Ministério do Desenvolvimento.

No ano passado, em declaração à imprensa, Benjamin disse que o processo contra a chapa vencedora nas eleições de 2014 é o maior que já tramitou no TSE. Além disso, é o primeiro que visa a cassação de uma chapa presidencial eleita. Por isso, o relator acompanhou todos os depoimentos, em vez de delegar a função a outro juiz, como normalmente acontece.

Na mesma ocasião, ele contou ter ficado impressionado com os valores desviados da Petrobras, revelados na Operação Lava-Jato.

— São valores estratosféricos. Nós, seres humanos normais, não temos condição de avaliar o que se pode comprar com aquilo. Os operadores perderam o controle do dinheiro e faziam acerto de contas por amostragem. Era dinheiro demais — afirmou.

O ministro, que integra a nata do Judiciário, é um homem de origem simples. Nasceu em 1957 em Catolé do Rocha, interior da Paraíba. Estudou em um colégio jesuíta em Recife e se formou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Fez mestrado em Illinois, nos Estados Unidos. Integrou o Ministério Público de São Paulo de 1982 a 2006, quando foi indicado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva a uma vaga no STJ. Benjamin também foi professor de várias instituições de ensino superior e, no meio jurídico, é reconhecido pela especialidade em direito ambiental.

No TSE, Herman costuma ter atuação firme. Nos julgamentos, discorda em diversas ocasiões do presidente, Gilmar Mendes. Os dois nunca protagonizaram um bate-boca mais acalorado, mas as alfinetadas entre eles são constantes. No ano passado, por exemplo, durante um julgamento, Gilmar acusou o Ministério Público e juízes da primeira instância de chantagear políticos com ações de improbidade. A condenação nesse tipo de ação causa a inelegibilidade, como prevê a Lei da Ficha Limpa. Na fala de Gilmar, Benjamin insistiu em dizer que os juízes que perseguem políticos eram minoria.



Relator.
Herman
atua
também
no STJ

— Eu acredito nos juízes — declarou Benjamin. (Carolina Brígido)

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)